

Suplemento do Património

Mensal | Ano 14 | N.º 105 | distribuição gratuita | Revista Municipal

As visitasões de Aveleda: novos dados e cronologias para a história desta freguesia.

*Cristiano Cardoso**

Nota introdutória

O recurso aos livros de visitação como fonte para os estudos históricos de carácter local tem sido largamente difundido e aplicado. Os capítulos registados nas actas de cada visitação retiveram informações de elevado valor sobre a vida das paróquias, proporcionando ao historiador um conhecimento intrínseco da organização paroquial. Sob a influência exclusiva da autoridade eclesiástica, a paróquia, especialmente no Antigo Regime, conservou no seu cartório a documentação mais relevante para a sua análise histórica e social. Os livros de Visitasões constituem uma fonte primordial para esse estudo. Um dos aspectos mais expressivos inscritos nas actas de visitação relaciona-se com a construção, a reforma e a manutenção de edifícios e outros bens móveis ou imóveis de âmbito paroquial. A verificação por parte do visitador do adequado provimento e ornamentação da igreja e capelas incidia fundamentalmente sobre as alfaias litúrgicas, os paramentos, os altares e retábulos e as imagens, na perspectiva sempre presente de garantir a decência do culto, a eficiente administração dos sacramentos e a conformidade com as Constituições.

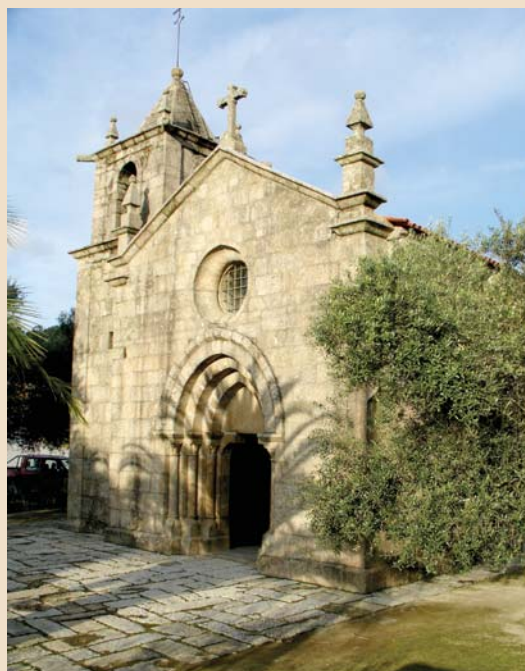


Fig. 1 - A igreja do Salvador de Aveleda

Igreja

Sob o título de igreja vamos, aqui, considerar o edifício com as suas várias divisões (capela-mor, corpo da igreja, sacristia e torre sineira) assim como elementos arquitectónicos, de construção e ornamentais integrados, tais como, forros, soalho, retábulos, pias, coro, escadas, etc.).

O edifício da igreja era alvo das maiores exigências por parte dos visitadores. Havia um cuidado constante com a manutenção e reparação das áreas mais perecíveis da construção. São inúmeras, e por isso não as vamos as-

sinalar aqui, as recomendações e ordens no sentido de reparar telhados, caiar paredes, rectificar soalhos entre outras pequenas obras de conservação. Vamos, portanto, privilegiar situações com um impacto maior sobre a estrutura da igreja e que apoiem o afinamento da sua cronologia.

Em 1709 a igreja já estava servida de sacristia, uma vez que o visitador, nesse ano, manda fechar uma porta voltada para o caminho público. Dez anos depois foi dada ordem para que se mandasse forrar o tecto da capela-mor e da nave. Esta ordem não foi prontamente cumprida, pelo

menos no que se refere ao forro da capela-mor, pois em 1723 o visitador, mencionando o capítulo passado, volta a ordenar o forro com um apainelado (caixotões), obra de talha que em Dezembro de 1724 já estava pronta mas ainda não estava colocada. Estas duas informações ajudam-nos a definir a cronologia da ampliação da nave e construção da capela-mor moderna, que nunca poderia ter ocorrido posteriormente a 1709.

Em 1737 o visitador mandou levantar o lajeado da igreja desde a capela-mor até aos supedâ-

* Técnico Superior de Ciências Históricas.



Fig. 2 - A torre sineira adossada à parede norte da igreja. Esta obra terá sido executada nos primeiros anos da década de 60 do século XVIII.

neos dos altares colaterais. Durante cerca de 20 anos a igreja não evidencia precisar de grandes reformas ou acções de manutenção. Mas em 1757 ficou registado um capítulo em que se recomenda a caiação do frontispício (fachada) da igreja e das suas paredes. E logo depois, em 1760, o visitador manda fazer umas escadas novas para acesso ao coro e umas escadas para quando fosse necessário repicar os sinos, subentendendo-se que o campanário da igreja estaria colocado sob a empena da fachada, interrompendo o frontão. Talvez em resultado desta mesma dificuldade em fazer o toque dos sinos ou até devido à insegurança que a estrutura do campanário oferecia, em 1761 o visitador dá conta da intenção dos fregueses de reformar o frontispício e erguer uma torre para os sinos. Tudo indica que esta obra terá sido concluída até à visita de 1763.

Os enterramentos dentro da igreja e os taburnos (tampas de madeira ou pedra que cobriam a sepultura) também foram recorren-

temente alvo da fiscalização dos visitantes, notando-se contudo uma maior preocupação com esta questão a partir do último quartel do século XVIII. Em 1771, 1782 e 1786 os sucessivos visitantes deixaram capítulos no sentido de reformar os taburnos. Mas só em 1804 foram dadas instruções mais precisas. O visitador manda consertar os taburnos do pavimento, fazendo-os endireitar, acrescentando que *se a cauza das ruínas que padecem são as pedras que lançam sobre a terra dos defuntos, pode sem duvida fazelas extrair, pois de nada serve tal cautela huma vez que a terra seja batida para não exalar vapores* (Visitações, 1757-1826:fl. 65). Confirma-se, portanto, a existência de tampas em pedra sobre sepulturas no interior da igreja, não manifestando o visitador qualquer oposição a que as mesmas sejam removidas. Não foi, no entanto, nesta altura que se deu a organização definitiva ao tabernamento. Em 1816, Bento Joaquim de Abreu, cônego, reitor São Silvestre de Requião, e visitador para esse ano nesta parte de Sousa e Ferreira, manda reformá-lo porque *se acha arruinado, furado, roto e desconjuntado*, mas ressalva que, se houver acordo entre fregueses e pároco que façam *encaixilhar, e acampar a igreja de sepulturas novas com frizos de pedra* (Idem:fl. 73).

O adro circundante à igreja constituiu um dos temas mais recor-

rentes dos capítulos de visita. Este deveria apresentar-se perfeitamente delimitado e possuir estruturas que impedissem a entrada de animais. Em 1715 o visitador manda colocar uma porta na entrada do adro e reforçar as suas paredes. Esta ordem foi cumprida ainda antes da visita seguinte, em 1716, faltando apenas colocar as ferragens na porta. Em 1780, 1788, 1802 e 1816 os respectivos visitantes voltaram a abordar a questão do adro, ordenando a reparação dos seus fojos e a colocação e reparação de portas nas entradas. Se a preocupação permanente dos visitantes se prende com a entrada de animais para local sagrado, o Dr. Vicente Fernandes da Silva, reitor da Póvoa de Varzim e visitador da 3.ª parte de Sousa e Ferreira no ano de 1804, assinou uma outra questão. Em capítulo de visita deixou um aviso aos que *se poem ás portas do Adro atravessando os paos que trazem nas mãos para conseguirem maior, ou menor conversação de pessoas de diverso sexo de cujo facto se escandalizam os prudentes que me exigiram esta advertência* (Idem:fl. 65).

Residência

Em 1737 o visitador considerou que as casas da residência paroquial eram *antigas, pequenas e ruínas*, deixando registado um capítulo na acta da visita com a ordem para se construir uma



Fig. 3 - A residência paroquial de Aveleda, obra realizada entre 1743 e 1744.

nova residência. Esta exigência não terá sido desde logo cumprida, mas em 1743, o visitador João Gomes de Távora e Abreu, reitor de São Tiago de Pias (Monção), já dá conta do avanço das obras, assinalando alguns erros de construção e alterações à planta original: *Nesta freguezia se tem dado principio as cazas da rezidencia mandadas fazer por ordem da Caza do Despacho; e por inadvertencia, e descuido que teve o Mestre que fez a planta se lhe não mandão fazer cunhões sahidos fora da frente, e pano da dita caza,*

como tambien frizo e cornija de papo de rola na frente da mesma caza e como este acrescentamento se possa agora fazer com pouca despeza e serve pera maior perfeição della; como tambien he preciso mandar fazer hum lagar de pedra que leve sinco, ou seis pipas para recolhimento dos vinhos dos passaes desta rezidencia em que tambien he conveniente hum alpendre na testada da eira da mesma rezidencia o que se pode fazer com as madeyras, que ficarem da caza antiga da mesma rezidencia: O R.do Pároco dará conta com theor deste capitulo ao R.do Doutor Supertendente da Caza do Despacho pera que este mande fazer as ditas obras e acrescentamentos provendo nesta parte como lhe parecer justiça (Visitações, 1700-1754:fl. 72v).

No ano seguinte outro visitador, o Doutor José de Oliveira Bernardes, mandou dar continuidade às obras e propôs algumas alterações: fazer um sótão, abrir uma janela e forrar o tecto. Esta obra, que ainda hoje po-



Fig. 4 - A inscrição inserida num silhar do cunhal sul da fachada da residência e que marca a data da conclusão da obra: 1744.

de ser observada apenas com pequenas alterações, foi executada com um cuidado técnico e arquitectónico que pode ser confirmado pela inexistência de capítulos de visita relativos a manutenção até 1823, só então se avisando para a reparação dos telhados.

Casa da Confraria do Santíssimo Sacramento

O edifício que identificamos com este nome está hoje convertido em garagem e arrumos. O seu aspecto arquitectónico original encontra-se profundamente alterado e subtraído. Esta pequena casa teve origem na necessidade de encontrar um espaço ade-

quado e exclusivo para guardar as peças da Confraria do Santíssimo Sacramento. Em 1751 o Doutor Luís Rodrigues Pereira, chantre da Colegiada de Santo Estêvão da Vila de Valença, em acto de visitação a esta igreja, considerando que a sacristia estava cheia de artigos das confrarias, manda fazer uma *casa própria* para este efeito, ordenando ao pároco que cedesse um terreno no adro para a construção da mesma.

Esta ordem não foi seguida de imediato e, na visita seguinte, que decorreu em 1754, o visitador renova este capítulo, impondo novos prazos e cominações. Contudo em 1757 a obra já seguia a bom ritmo conforme comprovava o visitador: *Occullamente vi que os fregueses tem concluido a Caza da fabrica da Confraria do Santissimo, e em bons termos de se acabar a dita obra, e do seu zello espero a completem de tudo o necessario em termo de tres mezes* (Visitações, 1757-1826:fl. 3). Em 1771 sugere-se uma reforma e em 1825 recomendasse a reparação dos telhados e da porta da entrada.

A casa da confraria serviu este propósito durante largas dezenas de anos, desconhecendo-se o momento em que a sua função foi alterada e o seu telhado demolido. Hoje restam apenas as paredes do piso térreo com a sua face nascente parcialmente aterrada, mas onde ainda é possível observar uma pequena janela.

Via Sacra

Uma nota final para a Via Sacra que em tempos existiu em Aveleda e da

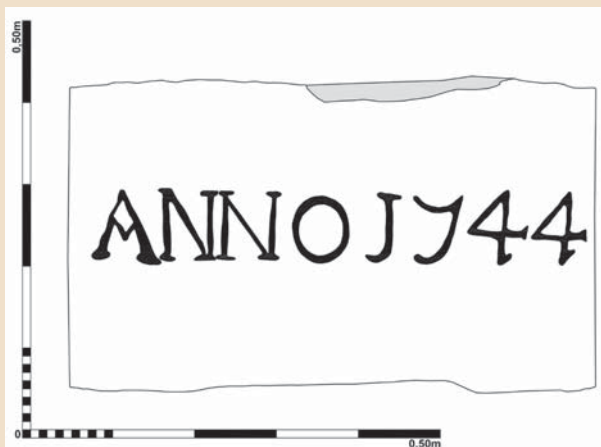


Fig. 5 - Decalque da inscrição.

qual já quase não subsistem vestígios ou sequer memória. Pertence ao visitador do ano de 1730, Dom Manuel do Paraíso Pinto Coelho, abade de São Miguel de Carvalho, a primeira advertência conhecida relativamente às cruzes que compunham este conjunto devocional. Apercebendo-se de algum desbarato a que as cruzes (ou cruzeiros) estavam votadas, o delegado do arcebispo manda reformá-las pelas casas ou pessoas a quem as mesmas pertenciam.

À semelhança do que ocorria em outras freguesias, a administração das cruzes da Via Sacra pertencia a casas ou famílias específicas, ficando estas perpetuamente responsáveis pela sua conservação. A propriedade destes cruzeiros ficava muitas vezes assinalada na sua base através de uma inscrição, como se pode observar em cruzeiros de Via Sacra de várias freguesias: Boim, Covas, Sousela.

A advertência mais veemente surge, contudo, já no ano de 1804, com o visitador a referir que *fui informado que as cruzes da Via Sacra se acham muitas desbaratadas, e que todas ellas tem pessoas destinadas para a sua veneração, e reparo, adidas se assim se pode dizer a certas cazas de cuja antiguidade por costume, ou Direito Consuetudinario não querem desistir, e menos eu pertendo tiralos desta posse por de utilidade á freguesia, por tanto cuide cada hum no reparo daquela que lhe compete* (Idem:fl. 65). O visitador impôs um prazo de seis meses para se cumprir este capítulo, sob pena de perda deste direito de veneração pelas casas ou famílias transgressoras.

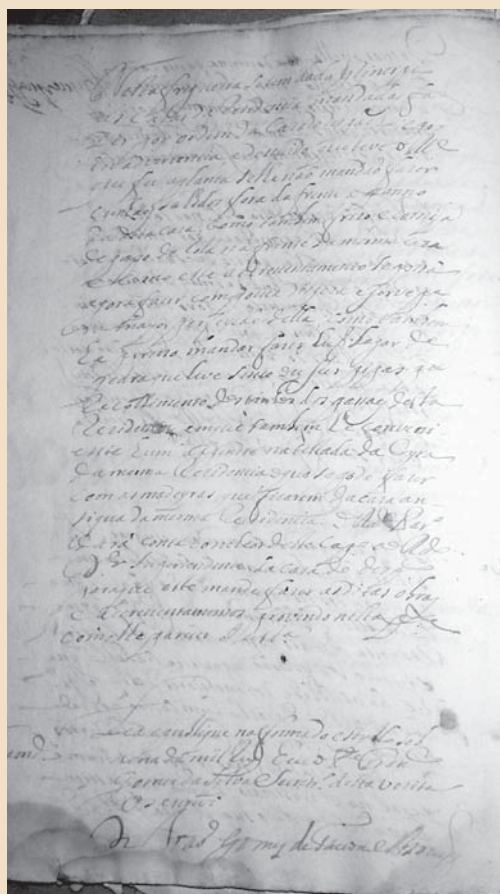


Fig. 6 - Fólio 72v do Livro de Visitações de Aveleda no qual ficou registado o capítulo referente às obras da residência paroquial.

Nota final

Neste breve trabalho deixamos alguns elementos recolhidos nas nossas pesquisas efectuadas nos livros de visitação da fregue-

sia de Aveleda, que até à data conseguimos localizar. Já noutro momento explicamos que o livro existente no Arquivo Episcopal do Porto que compreende as datas de 1700 a 1754, contém duas lacunas importantes. Também nos falta localizar um livro relativo à segunda metade do século XVII, de cuja existência temos certeza. Apesar destas falhas na documentação aqui assinaladas, o âmbito cronológico das visitas de Aveleda que temos transcrito e estudado, compreendidas entre 1709 e 1825, já garantem uma análise diacrónica muito interessante e com resultados visíveis para o afinamento de cronologias associadas a elementos artísticos e arquitectónicos. Aqui ficou exposto uma parte da informação recolhida, restando ainda muitos dados para trazer à luz, relacionados designadamente com as capelas da freguesia. Quanto à publicação das transcrições completas das visitas,

esse trabalho terá que ser destinado a um outro formato de publicação sobretudo devido à extensão dos textos daí resultantes.



Fig. 7 - Junto à escadaria da residência, uma base de cruzeiro pertencente à antiga Via Sacra.

Documentação

Consultada:

Arquivo da Diocese do Porto. Paróquia de Aveleda. Livro de Visitações. 1700-54. Ref.^a AEP/LV/279.
Arquivo Distrital do Porto. Fundo Paroquial. Paróquia de Aveleda. Livro de Visitações. 1757-1826. [Em linha]. Consultado em 14.1.2013. http://pesquisa.adporto.pt/cravfrontoffice/WebSearch/O Ddisplay.aspx?DigitalObjectID=17127&FileID=_626074